



VERITATIS VERBUM COMMUNICANTES

UNIVERSIDAD SAN DÁMASO

FACULTAD DE DERECHO CANONICO

TESIS DOCTORAL

**A NOMEAÇÃO E O SUSTENTO DO CLERO
PAROQUIAL EM PORTUGAL ANTES E DURANTE
A MONARQUIA CONSTITUCIONAL (1820-1910)**

AUTOR: JOÃO ALBERTO SIMÃO AMARAL VERGAMOTA

DIRECTOR: PROF. DR. D. JOÃO MARIA FELIX DA COSTA SEABRA

TUTOR: PROF. DR. D. NICOLAS ALVAREZ DE LAS ASTURIAS

MADRID 2020

FSD CT/4/3H/15



VERITATIS VERBUM COMMUNICANTES
UNIVERSIDAD SAN DÁMASO

FACULTAD DE DERECHO CANÓNICO

TESIS DOCTORAL

**A NOMEAÇÃO E O SUSTENTO DO
CLERO PAROQUIAL EM PORTUGAL
ANTES E DURANTE A MONARQUIA
CONSTITUCIONAL (1820 – 1910)**

Autor: João Alberto Simão Amaral Vergamota

Director: Prof. Dr. D. João Maria Félix da Costa Seabra

Tutor: Prof. Dr. D. Nicolás Álvarez de las Asturias

MADRID 2020



UNIVERSIDAD
SAN DÁMASO
Biblioteca

ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS	9
Gerais	9
De Obras	11
AGRADECIMENTOS	17
INTRODUÇÃO	21
Exposição do tema e justificação do seu interesse	21
Estrutura da tese e bibliografia fundamental	23
Opções metodológicas	27
I. A NOMEAÇÃO E SUSTENTO DO CLERO PAROQUIAL NOS	
SÉCULOS XVIII E XIX – PERCURSO HISTÓRICO-JURÍDICO	31
1. Introdução histórica ao conceito de paróquia	32
1.1. As primeiras comunidades e a centralidade episcopal	32
1.2. A expansão rural e a partição dos bens eclesiais	36
1.3. A autonomia da administração paroquial	39
1.4. O sistema feudal e a concessão do benefício	41
1.5. Do senhorio eclesiástico ao senhorio monacal: a prática da incorporação	45
1.6. O conceito de benefício eclesiástico	48
1.7. O Concílio de Trento e o sistema benefical	51
2. A instituição canónica das paróquias	56
2.1. Os modos de instituição das paróquias	57
2.2. As paróquias incorporadas	59
2.2.1. Incorporação ou união	62
2.2.2. Pároco primitivo <i>versus</i> Padroeiro	63
2.2.3. A reforma tridentina da incorporação	64
3. A instituição canónica do clero paroquial	65

3.1.	O conceito de pároco.....	65
3.2.	Condições para ser pároco.....	68
3.3.	A concessão do ofício de pároco.....	69
3.3.1.	A concessão pelo Romano Pontífice e pelo Bispo	69
3.3.2.	A concessão por terceiros – o direito de padroado.....	72
3.3.2.1.	Origens históricas do padroado.....	73
3.3.2.2.	O direito de padroado: aquisição e classificação	75
3.3.2.3.	A reforma tridentina do padroado	76
3.4.	O concurso tridentino	82
3.4.1.	O concurso por exame	83
3.4.2.	Quem ordenava o concurso e a quem se destinava	86
3.4.3.	A que benefícios se aplicava o concurso.....	88
3.4.4.	Os abusos nos concursos	92
3.5.	A perda do ofício de pároco.....	94
3.5.1.	A renúncia	94
3.5.2.	A trasladação	98
3.5.3.	A remoção	99
3.6.	Os vigários paroquiais	100
3.6.1.	Os cooperadores paroquiais	102
3.6.1.1.	Os vigários perpétuos.....	102
3.6.1.2.	Os vigários temporários.....	104
3.6.2.	Os coadjutores paroquiais.....	106
3.6.3.	Os administradores paroquiais	108
4.	O sustento do clero paroquial	109
4.1.	Benefício versus cõngrua	109
4.1.1.	Párocos beneficiados	109
4.1.2.	“Párocos de cõngrua”: o sustento dos vigários perpétuos.....	114

4.1.3.	As diferenças económicas dos párocos beneficiados e “de cõngrua”	116
4.1.4.	O sustento dos restantes vigários paroquiais	120
4.2.	O dízimo eclesiástico	121
4.3.	Outras fontes de ingressos	127
4.3.1.	Oblações	127
4.3.1.1.	Os direitos de estola	129
4.3.1.2.	As <i>secretales</i>	132
4.3.2.	Fundações ou causas pias.....	133
4.3.3.	O pecúlio patrimonial do clero.....	134
4.3.4.	A proibição dos negócios seculares para os clérigos	138
II. A NOMEAÇÃO DO CLERO PAROQUIAL EM PORTUGAL NO SÉC. XVIII E XIX, ATÉ À REVOLUÇÃO LIBERAL (1820).....		
	141	141
1.	O Concílio de Trento em Portugal	141
1.1.	A recepção e aplicação do Concílio de Trento	141
1.2.	Os Sinodos e as Constituições Sinodais pós-tridentinas	147
1.3.	As Constituições Sinodais face ao regalismo do séc. XVIII	150
2.	A nomeação do clero paroquial	154
2.1.	As distintas semânticas do clero paroquial.....	154
2.2.	As condições requeridas para assumir um benefício curado	163
2.2.1.	A concessão do ofício de pároco	168
2.2.2.	A concessão do ofício dos vigários paroquiais	170
2.3.	O concurso por exame.....	173
2.3.1.	Benefícios sujeitos a concurso.....	174
2.3.2.	Os examinadores	175
2.4.	Os excluídos dos benefícios: cristãos-novos e estrangeiros.....	177
2.5.	A alternativa apostólica na provisão de benefícios e a Concordata de 1778.....	188

2.6.	Os abusos nas nomeações paroquiais.....	195
3.	O padroado em Portugal.....	197
3.1.	O Padroado Real	199
3.1.1.	O Padroado Português nas Ilhas Adjacentes	206
3.1.2.	A natureza da jurisdição real do Padroado	209
3.1.3.	O concurso por exame no Padroado português	215
3.1.4.	O "Alvará das Faculdades" de 14 de Abril de 1781	217
III.	O SUSTENTO DO CLERO PAROQUIAL EM PORTUGAL NO	
	SÉC. XVIII E XIX ATÉ À REVOLUÇÃO LIBERAL	221
1.	O sustento dos párocos beneficiados e de cóngrua: práticas e	
	abusos	221
1.1.	Párocos beneficiados e párocos de cóngrua.....	221
1.2.	A parca sustentação e os abusos simoníacos	225
1.3.	A intervenção régia sobre os casos simoníacos	229
2.	As fontes de rendimento para o sustento do clero paroquial	231
2.1.	Os bens de raiz	232
2.2.	Os dízimos	234
2.2.1.	A divisão dos dízimos e o seu pagamento.....	241
2.2.2.	A recolha dos dízimos	244
2.2.3.	Os encarregados da recolha dos dízimos.....	248
2.2.4.	A usurpação dos dízimos por parte dos leigos	251
2.2.5.	Uma tentativa de reforma dos dízimos em 1810	252
2.3.	As primícias, as oblações e <i>pé de altar</i>	257
2.4.	As fontes "proibidas" aos clérigos: profissões seculares e	
	comércio.....	263
3.	A preservação e o alheamento do património eclesiástico	270
3.1.	A alienação do património eclesiástico.....	271
3.2.	O aumento do património eclesiástico.....	275

3.3.	A capacidade de possuir bens e de testar por parte do clero paroquial	286
3.4.	A apropriação secular dos rendimentos eclesiásticos.....	290
IV. A NOMEAÇÃO DO CLERO PAROQUIAL NA MONARQUIA		
	CONSTITUCIONAL (1820-1910)	301
1.	Introdução histórica à monarquia constitucional em Portugal.....	301
1.1.	A difusão das ideias liberais em Portugal e a primeira Constituição (1822)	301
1.2.	O fim da Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826.	309
1.3.	A guerra civil entre liberais e absolutistas.....	312
1.4.	A Constituição de 1838 e a restauração da Carta Constitucional.....	316
1.5.	A religião oficial nas Constituições portuguesas	319
1.6.	As divisões políticas entre o clero.....	325
1.7.	A influência da maçonaria na vida religiosa e política	335
2.	A nomeação do clero paroquial.....	345
2.1.	A nomeação dos párocos na legislação de 1820 a 1862	345
2.1.1.	Legislação das Cortes Constituintes	345
2.1.2.	A nomeação do clero paroquial na Constituição de 1822	347
2.1.3.	A nomeação do clero paroquial na Carta Constitucional de 1826 e a sua aplicação pelos decretos de 1833.....	349
2.1.4.	A Portaria de 30 de Agosto de 1847: aplicação e ampliações	364
2.2.	O Decreto de 2 de Janeiro de 1862.....	371
2.2.1.	O provimento por concurso documental	371
2.2.2.	O concurso por meio de provas públicas.....	375
2.2.3.	As qualidades requeridas para obter um benefício paroquial	378

2.2.4.	Os protestos episcopais e a intervenção da Santa Sé	379
2.3.	A colação e tomada de posse dos párocos	404
2.4.	A nomeação dos vigários temporários	405
3.	O clero no liberalismo: o surgimento de novas "realidades".....	412
3.1.	Os clérigos como funcionários civis.....	412
3.1.1.	As funções civis desempenhadas pelos párocos	412
3.1.2.	A contestação à funcionalização do clero.....	418
3.2.	Os clérigos egressos	421
3.2.1.	Identidade e missão dos novos clérigos "seculares"	421
3.2.2.	A nomeação dos egressos para os benefícios paroquiais	431
V.	O SUSTENTO DO CLERO PAROQUIAL NA MONARQUIA	
	CONSTITUCIONAL (1820-1910)	435
1.	As leis reguladoras do sustento do clero paroquial	435
1.1.	O sustento do clero paroquial durante o <i>Vintismo</i>	435
1.2.	A extinção dos dízimos	440
1.3.	O sustento do clero paroquial na legislação da monarquia constitucional	445
1.3.1.	A Lei de 20 de Dezembro de 1834	449
1.3.2.	O Decreto de 23 de Outubro de 1835.....	450
1.3.3.	O Decreto de 19 de Setembro de 1836	451
1.3.4.	A "Lei das Côngruas" (5 de Março de 1838).....	454
1.3.5.	As Leis de 20 de Julho de 1839 e 8 de Novembro de 1841 ..	455
1.3.6.	A "Lei das Pensões" (14 de Setembro de 1890).....	464
1.3.7.	O caso particular das Ilhas Adjacentes.....	467
1.5.	Outras fontes de rendimento do clero paroquial.....	481
1.5.1.	Benesses e pé-de-altar	481
1.5.2.	A capacidade de possuir bens e de testar por parte do clero paroquial.....	488

2. A dotação do clero paroquial: os projectos de lei para uma solução definitiva	493
2.1. Os projectos de lei das décadas de 40 e 50.....	494
2.2. Os projectos de lei da década de 60	498
2.3. O projecto de lei de Júlio de Vilhena (1883).....	504
3. A resposta eclesiástica face à indigência do clero	509
3.1. Os protestos do episcopado	509
3.2. As iniciativas do clero paroquial.....	515
3.2.1. A Irmandade dos Clérigos Pobres e a acção do Padre Elviro dos Santos.....	515
3.2.2. Os Congressos do Clero Paroquial.....	520
CONCLUSÃO	531
BIBLIOGRAFIA.....	543
1. Documentos e fontes	543
1.1. Arquivos	543
1.1.1. Arquivo Apostólico Vaticano.....	543
1.1.2. Arquivo da Secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal	546
1.1.3. Arquivo da Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários	547
1.1.4. Arquivo Distrital de Braga.....	547
1.1.5. Arquivo do Tribunal de Contas.....	548
1.1.6. Arquivo Histórico da Procuradoria-Geral da República	548
1.1.7. Arquivo Histórico Parlamentar.....	549
1.1.8. Arquivo Nacional da Torre do Tombo	549
1.2. Documentos e Fontes do Direito Canónico	550
1.2.1. <i>Corpus Iuris Canonici</i>	550
1.2.2. Bulários Pontifícios.....	550

1.2.3.	Documentos dos Romanos Pontífices	552
1.2.4.	Documentos Conciliares	558
1.2.5.	Documentos das Congregações Romanas	562
1.2.6.	Constituições Sinodais	562
1.2.7.	Documentos de Direito Concordatário	564
1.2.8.	Documentos do Patriarcado de Lisboa	565
1.2.9.	Estatutos Canónicos	565
1.3.	Documentos e Fontes do Direito Civil.....	565
1.3.1.	<i>Corpus Iuris Civilis</i>	565
1.3.2.	Legislação Portuguesa.....	566
1.3.3.	Códigos e Coleções de Legislação Civil Portuguesa.....	586
1.3.4.	Diários Oficiais de Legislação Portuguesa.....	594
1.3.5.	Sessões da Câmara dos Deputados	597
1.3.6.	Sessões da Câmara dos Pares	599
1.4.	Periódicos	600
2.	Autores.....	601
3.	Dicionários	647
4.	Enciclopédias	651
5.	Sítios electrónicos	654